



**APROVADA**  
NA 593 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 589  
(Extraordinária)  
4 de dezembro de 1995  
Hora: 18h50m às 19h40m

## ORDEM DO DIA

O Comitê de Representantes recebe a visita do Excelentíssimo Senhor José Angel Gurria, Secretário das Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos.

-----

Preside:

GUILLERMO DEL SOLAR ROJAS

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Adolfo Moreno e Flaviano Gabriel Forte (Argentina), Antonio Céspedes e José Guillermo Loría González (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Mitzi Gurgel Valente da Costa e Guilherme de Aguiar Patriota (Brasil), Jaime Pinzón López e Henry Javier Arcos (Colômbia), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez (Equador), Rogelio Granguilhame, Dora Rodríguez Romero, Magno Heriberto Rodríguez, Alberto Rodríguez Bolaños, Arturo Juárez Juárez e Adolfo Treviño Ordorica (México), Efraín Darío Centurión e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo del Solar Rojas e Pedro Bravo Carranza (Peru), Adolfo Castells Mendivil, Eduardo Penela Ríos e José Roberto Muineló (Uruguai), Juan Moreno Gómez, Gerson Revanales, Antonio Rangel e Ariel Vargas (Venezuela), Manuel Aguilera de la Paz (Cuba), Xie Rumao (República Popular da China), Luis Ramón Ortiz Ramírez (Honduras), Luis Mac-

chiavello (OEA), Enrique García e Carlos Zannier (CAF).

Secretário-Geral: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

Comitiva: Marco Provencio, Cristina de la Garza, Gabriela Torres e Carlos Pérez Bravo.

-----

**PRESIDENTE.** Senhores, damos início à 589a. sessão extraordinária do Comitê de Representantes para receber a visita do Excelentíssimo Senhor Secretário das Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor José Angel Gurría.

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, Licenciado José Angel Gurría, Excelentíssimos Senhores Representantes dos países-membros, Excelentíssimos Senhores Representantes de países e organismos Observadores, Senhor Secretário-Geral, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, senhoras e senhores, tenho o prazer de manifestar a Vossa Excelência, em nome do Comitê de Representantes as mais afetuosas e cordiais boas-vindas a esta casa da integração latino-americana.

Senhor Ministro, é uma destacada personalidade com uma acreditada trajetória em favor do processo de integração da América Latina. São bem conhecidos sua intenção e seus esforços para acentuar a participação do México na etapa atual da integração latino-americana.

Sua visita a esta Associação constitui uma expressão da vocação integracionista de seu país que exterioriza a decisão de preservar e aprofundar cada vez mais seus vínculos com os demais países da Associação. Nesse sentido o México celebrou, com outros países-membros, importantes acordos como o Tratado de Livre Comércio, concertado com a Colômbia e com a Venezuela, bem como outros acordos bilaterais, chamados de nova geração, para lograr a liberalização progressiva do comércio de bens e de serviços e realizar ações de cooperação e de integração.

Esta disposição para a integração na Associação deve ser valorada em sua justa dimensão, levando em conta que o México é um ativo protagonista em outras dimensões do processo de integração, como refletem o Tratado de Livre Comércio, subscrito com os Estados Unidos e o Canadá, os acordos de ampla cobertura assina-

dos com os países centro-americanos e a constituição da Associação dos países do Caribe.

Seu país é um exemplo histórico, longamente comprometido com a necessidade de preservar a dimensão regional do processo de integração, fazendo com que todos os esforços bilaterais e sub-regionais converjam no âmbito da Associação com a finalidade de tornar realidade o objetivo último do Tratado de Montevideu; isto é, o estabelecimento de um mercado comum latino-americano.

A vontade dos países-membros de unir esforços e superar dificuldades para alcançar o projeto latino-americano de integração evidenciou-se por ocasião da subscrição do Protocolo Interpretativo do artigo 44 do Tratado de Montevideu 1980. Como sabemos, esse Protocolo permite que os países-membros que celebrem acordos de livre comércio com países desenvolvidos de fora da região possam solicitar a suspensão temporária das obrigações estabelecidas nesse artigo. A subscrição do mencionado Protocolo definiu o caminho para que os países da região possam, simultaneamente, aprofundar seu processo de integração e obter uma melhor inserção no sistema internacional de comércio, através da celebração de acordos de livre comércio.

Sua presença na Nona Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, que se realizará nesta sede, representará uma muito importante contribuição para os esforços que atualmente realizam os países-membros para que a ALADI se fortaleça como foro principal do processo integrador dentro da região, bem como para que possa participar ativamente da projeção hemisférica do processo de integração, conforme os postulados e plano de ação da Reunião de Cúpula de Miami.

Em nome do Comitê de Representantes e no meu, reitero a Vossa Excelência nossas mais cordiais boas-vindas a esta casa da integração latino-americana, agradecendo, ao mesmo tempo, sua presença entre nós.

Muito obrigado, Senhor Chanceler.

- Aplausos.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral, Engenheiro Antonio Antunes.

SECRETARIO-GERAL. Excelentíssimo Senhor Secretário das Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor José Angel Gurría, Excelentíssimos Senhores Membros da Comitiva, Senhor Presidente do Comitê, Excelentíssimos Senhores Embaixadores e Membros das Representações dos países-membros, Senhores Embaixadores e Representantes de países e organismos Observadores, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, senhores funcionários da Secretaria-Geral, para esta Secretaria, Senhor Ministros, é grande honra recebê-lo neste momento.

Simplesmente queria acrescentar a estas boas-vindas muito cálidas uma afirmação: que tenha a certeza de que esta Secretaria está com toda disposição para apoiar os países da Associação nesta nova etapa de integração em que nos encontramos.

Os países da Associação têm um capital constituído por seus acordos, seus próprios processos de negociação, as próprias confluências das vontades políticas que se notam neste momento e, por que não dizê-lo, Senhor Ministro, também tem como capital o que representa esta Secretaria em termos de sua experiência, do conhecimento acumulado, dos bancos de dados, sua capacidade de estudo e os próprios funcionários.

Esta Secretaria está apta para apoiar as negociações no seio da ALADI, no seio da integração dos países da América Latina e nos esforços hemisféricos que estão em curso.

Estamos neste momento, Senhor Ministro, inclusive em um esforço adicional de adequação desta Secretaria, de acompanhar a vontade política dos países para dar-lhe a flexibilidade e a capacidade de maior resposta para atender as necessidades dos países. E o México, sem lugar a dúvidas, conta com todo o apoio que está ao alcance da Secretaria. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Excelentíssimo Senhor Secretário das Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor José Angel Gurría.

SECRETARIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS (José Angel Gurría). Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral. A ambos, obrigado por suas palavras de introdução. Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Senhores Representantes Permanentes, senhoras e senhores; desejaria, em primeiro lugar, oferecer uma ampla desculpa por ter chegado tarde. O programa foi tão rico e tão intenso, sobretudo no Senado da República, que nos atrasamos um pouco. O Senado, a Comissão de Assuntos Internacionais do Senado, teve uma enorme cortesia conosco, tornando possível, ao meio dia, subscrever com o Governo do Uruguai um Convênio de Cooperação Científica e Técnica que incorpora vinte e cinco diferentes áreas de cooperação. E o Senado, que tinha previsto minha visita à tarde, acelerou todo o processo de aprovação e ratificação e realizou-se a cerimônia de introdução, aprovação e assinatura do documento na minha presença, hoje à tarde, o qual constituiu uma enorme cortesia e um ato de hospitalidade que foi muito além do que tínhamos esperado.

Como compreenderão os senhores, era um momento no qual tínhamos que estar aí acompanhando os Senadores. Eles nos pediram ser testemunhas do ato da assinatura e os senhores observarão que nosso atraso foi por um nobre e importante motivo; mas, de qualquer maneira, pedimos desculpas.

Desejaria aproveitar esta sessão solene da ALADI para compartilhar com os senhores a visão do México sobre o processo de integração na América Latina.

O México deseja participar, juntamente com os países da ALADI, do que poderíamos denominar uma "região latino-americana revitalizada", forte e próspera. E o propósito que nos convoca é responder às crescentes exigências de nossas sociedades por um futuro melhor e isso podemos construí-lo sobre as sólidas bases de nossas afinidades políticas, históricas e culturais.

Contamos, também, com o rico patrimônio de uma experiência de integração de mais de trinta anos, à qual aludia o Senhor Secretário-Geral e da qual a consciência e a memória histórica estão aqui.

É tempo, no entanto, de reconhecer os múltiplos e importantes paradoxos que caracterizaram o processo de integração latino-americana. Nossas sociedades e governos não podem continuar funcionando baseados em supostos falsos sem aprender dos erros e tropeços do passado.

A integração regional é, sem dúvida, uma das tendências mais distintivas do mundo de final de século. Suas origens e modalidades são tão diversas como as próprias regiões que o impulsaram. Na Europa somos testemunhas de um processo de integração entre povos e culturas com culturas dissímeis e uma pesada carga histórica de enfrentamentos, rivalidades e guerras desastrosas.

Neste Continente a integração econômica tem sido um veículo privilegiado para fortalecer a paz regional e estimular o crescimento produtivo e a cooperação.

A experiência européia de integração nos mostra o primeiro grande paradoxo da integração latino-americana. Seria natural supor que entre países afins, com uma grande herança cultural, história comum, o êxito de um processo de integração estaria pouco menos que garantido. No entanto, até pouco tempo, a realidade neste campo caminhava sempre atrás das expectativas.

Durante várias décadas muitas nações latino-americanas aplicamos modelos de desenvolvimento autônomo, através da substituição de importações, com a finalidade de alcançar uma base própria e constante de crescimento. Esta opção, válida e positiva, no início, finalmente derivou em que o processo de integração latino-americana ficasse claramente de lado.

Hoje em dia, por contraste, a integração latino-americana não se contrapõe com o fato de que nossas nações busquem uma aproximação às principais economias do mundo, precisamente na procura de financiamento, de opções de comércio e de novas tecnologias. De fato, o entendimento político, a institucionalização de instâncias regionais e a construção de alianças econômicas na

América Latina registram um avanço sem precedentes em anos recentes.

Esta última tendência é a que o México tem em mente ao se referir a uma "região latino-americana revitalizada". Isto se nota, certamente, no interesse que o resto do mundo põe agora em nossa região, nossa capacidade não somente de exportar, mas também de importar e, portanto, de ser sócios mais interessantes para o resto do mundo. Superou-se claramente a crise da dívida; foi recuperado o ritmo de crescimento da maior parte das economias e, sobretudo, foram voltadas para fora as políticas econômicas. Certamente a região se torna mais atrativa para o resto do mundo.

Efetivamente, a forma em que avança a integração regional modificou-se substancialmente. Em uma primeira etapa foram impulsionados os processos nos quais a gradualidade e a negociação de desgravações limitadas a certos produtos e setores foram as características principais. Estas políticas procuravam respaldar esquemas de desenvolvimento para dentro da América Latina. Durante esse período, no âmbito da ALALC, do Mercado Comum Centro-Americano, do Grupo Andino e da CARICOM registraram-se avanços modestos para a integração. A necessidade de acelerar este processo levou, precisamente, à constituição da ALADI.

Nesta década a integração adotou um novo dinamismo. Agora já não tentamos unir mercados para protegê-los. Pelo contrário, contamos com economias que concebem a abertura como meio de obter mercados integrados mais amplos e competitivos, avançando, ao mesmo tempo, para a constituição de um sistema comercial multilateral mais eficaz e transparente.

Nossa reação comum perante um mercado globalizado marcou as novas pautas da integração. Os acordos bilaterais, subscritos na década de noventa, bem como os do Grupo dos Três e o MERCOSUL, respondem a esta nova dinâmica.

Hoje em dia, dispomos de uma rede de mais de trinta acordos que conferem à integração latino-americana características sem precedentes.

Por seu lado, inclusive o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que enquadra as relações econômicas entre o país de maior comércio da América Latina e a economia mais grande do mundo constitui, por si mesmo, um fator de estabilidade e de promoção do comércio total da região.

Em maior medida, diria que existe a expectativa de que haja outros países da área que podem ir aderindo a este esquema consoante as condições permitam.

Para o México, a abertura, a competitividade e a colaboração internacional são elementos inseparáveis do desenvolvimento econômico.

A integração é um instrumento essencial de nossa política econômica. Olhemos para o futuro. Através da complementação de nossas economias podemos impulsar nossa competitividade e alcançar melhor posição na economia mundial. O potencial exportador latino-americano, que hoje manifesta um ativo crescimento, canaliza-se majoritariamente para outras regiões. Apenas vinte por cento se dirige aos próprios países da área. Por isso, o México procura contribuir nos fatos para a integração latino-americana através da subscrição de acordos de livre comércio que fazem parte de uma grande tendência histórica.

Na administração do Presidente Cedillo, que cumpre nestes dias seu primeiro ano completo, esse objetivo ocupa lugar de destaque na política exterior, que hoje não pode ser dissociada da política comercial. Não poderia ser de outra maneira.

Em matéria de geografia, história e cultura, o México faz parte indissolúvel da América Latina. O México é profundamente latino-americano.

Desde 1991 estamos concretizando acordos de liberalização comercial com a América Latina. Hoje esta estratégia nos permite dar conta aqui, no órgão de integração latino-americana por excelência, do compromisso e da contribuição do México para esse processo.

O Chile que foi o primeiro país com o qual foi subscrito um acordo desta natureza, um acordo que tem quase quatro anos de vigência e que deu como resultado um aumento de quatrocentos por cento no comércio bilateral entre ambos os países.

Com a Colômbia, Venezuela, Bolívia e Costa Rica, com acordos subscritos em primeiro de janeiro deste ano e que são ainda demasiado novos como para fazer uma avaliação coletiva, e que além disso, seu primeiro ano de vigência correspondeu com a crise econômica mexicana e com políticas de ajustamento da demanda total, que necessariamente fazem com que neste momento a vinculação comercial com o México não represente o pleno benefício que poderia ter em períodos de maior normalidade, que esperamos alcançar a partir do próximo ano.

Com todos estes países pusemos em andamento tratados de livre comércio. Suas características e alcances os localizam à vanguarda das iniciativas regionais neste âmbito.

Estamos para concluir com a Nicarágua (talvez neste momento tenha concluído a negociação) um acordo de natureza semelhante.

Realizamos negociações deste mesmo tipo com os chamados países do triângulo do norte, na América Central: Guatemala, Honduras e El Salvador, e estamos por iniciar com o Panamá, Peru e Equador.

Outrossim, quero salientar a contribuição realizada pelo México junto com a Colômbia e a Venezuela para a conformação da Associação dos Estados do Caribe, organismo que realizou sua primeira reunião do Conselho de Ministros na semana passada em Guatemala. O Conselho de Ministros é presidido pelo México neste primeiro ano e já terminamos a etapa mais difícil e mais emotiva de aprovar, o plano de trabalho e sua estrutura de apoio; também o orçamento que apoiará a estrutura e as quotas que o apoiarão; e os regulamentos de como vai operar. Digo: "a mais emotiva" porque os que estiveram lá podem testemunhar que, efetivamente, esses temas são da essência, mas basicamente operativa e administrativa, muitas vezes geram mais emoções do que os programas substantivos deste tipo de organizações. O fato é que já a Associação de Estados do Caribe existe, já tem uma estrutura, já tem um orçamento, já tem um esquema de quotas e já tem um Secretário-Geral, que começará a contratar seus colaboradores e que, entre outras portas, baterá a porta da ALADI para não ter uma burocracia demasiado pesada; será um grupo muito reduzido de funcionários, mas usará do apoio que as organizações regionais e sub-regionais lhe possam oferecer para poder levar a cabo seu mandato.

Adicionalmente, acreditamos que a aproximação entre o México e os países do MERCOSUL resulta da maior importância para esta zona do mundo. Como não reconhecer a importância de definir novos entendimentos que ofereçam a nossos agentes econômicos certeza de acesso e regras claras para participar em mercados mais amplos e dinâmicos da América Latina? Aqui gostaria de mencionar que temos manifestado, uma e outra vez, que é de interesse do México vincular-se na forma mais ampla possível com o MERCOSUL. Nossa pretensão seria estabelecer com o MERCOSUL uma negociação ampla em termos de incluir todos os espectros e setores econômicos e todos os capítulos das disciplinas usuais neste tipo de acordos: compras de governo, propriedade intelectual, regras de origem, investimento, serviços, etc. Gostaríamos de dizer que na falta de esta negociação até agora temos prorrogado duas vezes por seis meses cada uma, e recentemente por um ano, as preferências tarifárias que já tínhamos em particular com cada um dos quatro países que fazem parte do MERCOSUL.

Isto constitui um patrimônio histórico de grande importância, que certamente há que resgatar no momento da negociação global, mas a nossa aspiração é precisamente que exista um quadro muito mais amplo do que constitui a soma dos quatro patrimônios históricos e que possa ser aproveitada a ocasião para realmente pôr em dia a relação com este grupo de países.

Há casos como o do Uruguai e do Chile, mas, no caso do Uruguai, sem convênio de livre comércio, mas com um acordo de complementação econômica de grande avanço, já tínhamos uma boa parte da tarifa totalmente liberada e todos estes avanços do passado devemos resgatá-los. Insisto, nossa pretensão seria passar agora para um acordo de outro tipo, aproveitando a conjuntura da formação do próprio MERCOSUL e o fato de que estejamos junto com o MERCOSUL, com o Chile e com outros países, vinculando-nos com

outras zonas de livre comércio do mundo, como é o caso da União Européia, onde estamos todos, o Chile, o MERCOSUL e o México, negociando acordos a nível político de cooperação e de liberalização comercial e onde dois dos países da área, o Chile e o México, fazemos parte de outra zona onde há um processo de convergência muito interessante, muito importante e que hoje é a zona de maior dinamismo econômico do mundo, que é a zona da Asia-Pacífico, em um processo muito interessante. Certamente, quando a história da convergência e da abertura dessa zona seja escrita se tomará nota de que durante os primeiros dois ou três anos ou quatro ou cinco, quem sabe o que durará este processo, sem contrato, sem obrigações recíprocas, mas com uma vontade geral, houve ofertas de abertura gradual em matéria de investimentos, de tarifas, de mudança estrutural que os países foram colocando na consecução, na busca, precisamente, de preservar a dinâmica nessa zona do mundo que, insisto, hoje representa a metade do comércio mundial mas, além disso, está crescendo a uma velocidade verdadeiramente impressionante em alguns casos.

A conjuntura econômica do México, inesperadamente profunda e severa, por causa dos problemas de fins de 94, não foi fator que impedisse avançar no âmbito da integração; inclusive diria que foi um estímulo para aprofundar o processo de integração e vinculação com outras economias.

Paradoxalmente, o acesso a mercados externos é hoje um fator que facilita a recuperação econômica do México. Sobre um total de comércio de mais de 150 bilhões de dólares previsto para o ano de 95, superior em quase 10 por cento a de 1994, terminaremos com um superavit entre sete e oito bilhões de dólares contra um deficit de 18,5 bilhões de dólares no ano passado.

Na conta-corrente, certamente, devo acrescentar que nós está acontecendo o mesmo. No ano passado o deficit de conta corrente do México foi de quase trinta bilhões de dólares, quase oito por cento do produto, e hoje posso antecipar-lhes que estamos prevenido para 95 uma conta-corrente praticamente em equilíbrio e a mesma coisa para a projeção para o ano de 96 uma inflação de vinte e um crescimento de ao redor de três por cento, estimulado em grande medida pelo setor exportador, que está sendo muito dinâmico, pelos investimentos naqueles setores que se abriram no tema da infra-estrutura ao investimento nacional e estrangeiro, portos, aeroportos, rodovias, petroquímica secundária, telecomunicações, trens de ferro, etc., e já estamos prevenido um crescimento positivo para o ano próximo. Mas, creio que a transformação mais notável, certamente, do ponto de vista de cifras, foi precisamente o fato de transformar um deficit comercial muito grande em um superavit e que as cifras de importação tenham diminuído mais de cinco ou seis por cento.

Nos programas de ajustamentos prévios, tipicamente, no México foi o que nos aconteceu, em diferente medida diminuíam as importações, trinta, quarenta ou cinquenta por cento no ano do ajustamento mais forte. Aqui estamos precisamente no ano do ajusta-

mento mais importante e a correção do setor externo foi feita em virtude de um aumento de trinta, quarenta por cento das exportações, trinta por cento total, quarenta por cento da exportação de manufaturas, enquanto que a queda das importações já está em uma média de apenas cinco ou seis por cento, e aqueles países com os quais temos acordos de livre comércio tiveram uma queda nas importações menor ou, em alguns casos, inclusive, um pequeno acréscimo da atividade comercial entre o México e esses países. De maneira que, ainda em um contexto muito difícil, em um contexto com muita pressão, o fato de que tivéssemos uma infra-estrutura legal e jurídica de desgravação, de desmantelamento da proteção tarifária e não-tarifária, resultou em um resgate das cifras de comércio que nos confirma, mais uma vez, que a idéia de livre comércio, que a idéia da integração, é uma boa idéia e que funciona e que se funciona em tempos difíceis funcionará mais ainda nos bons tempos.

No caso da ALADI, Senhor Secretário-Geral, Senhor Presidente, acreditamos que está chamada a desempenhar um papel de primeiro nível nos trabalhos da integração a que nos temos comprometido, em particular, devido à dinâmica da integração hemisférica adotada em Miami, à qual era feita referência, do papel dos organismos regionais como a OEA, como o SELA e a própria ALADI. Certamente é mister estar à altura do desafio. Para isso, deverá contribuir-se com eficiência e celeridade neste afã, ampliando seu mandato de estimular os intercâmbios regionais, reorientando seus instrumentos jurídicos e modernizando suas estruturas. Também deverá atender os aspectos relativos à vinculação de seus membros com outros países e regiões, independentemente do nível de desenvolvimento e da zona geográfica à qual pertençam os participantes. A América Latina não pode negar a si mesma as opções de intercâmbio que oferece a economia mundial e globalizada.

A ALADI deverá adotar suas estruturas e seus métodos para responder melhor à nova dinâmica da integração regional. Somente assim poderá contribuir com maior eficácia à coordenação dos diversos esforços sub-regionais e assumindo um genuíno papel de liderança em favor da integração. Se desejamos que nossa região alcance nosso século em uma melhor posição em um cenário mundial, é obviamente tempo de acelerar a passagem dos fatos. Nossa força radica na conjunção de nossas capacidades.

Senhor Presidente, senhoras e senhores, o México reitera seu compromisso com os propósitos e metas da ALADI, consciente de que as condições atuais da integração requerem linhas políticas claras, normas que respondam devidamente ao dinamismo deste processo. Nossa convicção é de continuar trabalhando por e para a América Latina, região na qual radicam nossa identidade e nossas aspirações comuns. O México continuará firmemente empenhado em promover a integração regional e hemisférica para fazer dela um instrumento que amplie nossas perspectivas de desenvolvimento e de progresso.

Desejaria finalizar, Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, com uma reflexão a respeito de meu país. Dizia que com base na perseverança, com base, como os senhores conhecem, no apoio de um pacote de financiamento internacional, do Tesouro americano, do Fundo Monetário, do Banco de Pagamentos Internacionais, afastou-se o perigo de alguma crise de caráter financeiro, de uma crise sistêmica, à qual Vossa Excelência fazia referência. Afastou-se, também, o perigo de que o setor produtivo ou bancário do país tenha um quebrantamento irreversível e já estamos tendo, nas cifras de caráter macro-econômico, a transformação devido à aplicação perseverante, sistemática e consistente destas políticas. Hoje alguém me dizia que como era possível que mantivéssemos por cinco anos consecutivos um orçamento em equilíbrio ou levemente deficitário neste caso quando a atividade econômica tinha diminuído. Isso, geralmente afeta a captação fiscal e ao mesmo tempo ao acrescentar as taxas de juros aumenta o serviço sobre a dívida externa e, portanto, ter um orçamento em equilíbrio implica um enorme sacrifício. Efetivamente, o esforço é grande, sobretudo se logra quando se tem como preceito básico manter intactos os programas sociais. Logra-se somente porque de outra maneira não soma a aritmética, procurando, promovendo que grandes setores da atividade econômica sejam apoiados agora pelo setor privado, em lugar do setor público quem deva procurar a financiamento e deva incorporá-la a seus orçamentos. Em muitas ocasiões não depende da capacidade de obter financiamento; o financiamento existe, mas não há quota orçamentária se o preceito básico é o orçamento público em equilíbrio; e então não podemos dar-nos ao luxo, embora tenhamos financiamento, de incorporar projetos muito grandes ao setor público e estamos agora, como estamos quase todos os países desta mesa, procurando que seja o setor privado que participe para substituir, em muitas destas atividades o Estado, ficando o Estado, com um papel de reitor mais do que dono das instalações.

Gostaria, também, de comentar que em virtude de ter superado os aspectos mais intensos, mais difíceis da crise, pudéssemos prever agora, para o ano que vem, um crescimento moderado, como mencionávamos, estamos intensificando os esforços em favor da integração. Houve pessoas que questionaram o modelo e inclusive os próprios esforços de livre comércio. A conclusão à qual chegamos os mexicanos é que a crise, embora tenha origens de caráter conjuntural, e em alguns casos até anedóticos, no fundo é o produto de um problema de caráter estrutural do qual adoecem muitas de nossas economias e é por causa de não ter alcançado taxas constantes de poupança interna suficientes como para poder manter o crescimento que exigia nossa dinâmica populacional, social e política.

Acabamos de estar em Osaka, na reunião da APEC, onde com diferentes tipos de enfoque sobre a economia, com diferentes tipos de sistemas políticos, com diferentes filosofias de governo, o fio condutor, o elemento comum de todas essas economias como a da China, que quadruplicou seu produto interno bruto em vinte anos; como a Malásia, como a tailandesa, como a da Cingapu-

ra ou a própria do Japão ou Coréia, o fio condutor, o elemento comum, é que tinham níveis de poupança superiores a trinta por cento em todos os casos. Naturalmente isso fazia com que quando pretendiam chegar poupanças do exterior para essas economias fosse somente em caráter complementar, que o preço ao qual chegavam fosse razoável e sensato, porque tinham que competir com as poupanças que já existiam, doméstica, e não como aconteceu com o México, onde enquanto atraíamos mais capitais do exterior mais diminuía a taxa de poupança interna, com o resultado de que parecia que estávamos em uma dessas máquinas de fazer exercícios, onde a máquina corre ao contrário da gente, e a gente acelera o passo, mas sempre se está no mesmo lugar. Porque no final a capacidade de poupança total interna ou externa continua estando em vinte e tanto por cento em lugar de estar aproximando-se de trinta ou trinta e tanto por cento necessário para poder crescer aos níveis requeridos por nossa dinâmica, que no caso do México está ao redor de cinco por cento sustentado, para poder criar o milhão de empregos que requer nossa sociedade. E o modelo, porque não pode ser culpa de ter disciplina fiscal o que incide em uma crise, não pode ser culpa de ter aberto as economias; não pode ser responsável pela crise a desregulação dos sistemas econômicos senão que realmente o elemento fundamental, o que no fundo provocou o problema, o que deu lugar a que viessem capitais do exterior e que houvesse que dar um preço ou uma remuneração relativamente alta e depois que possam ir embora com muita rapidez, é precisamente o fato de que faltava essa base de sustentação, que era a poupança interna, que em outros países, onde, todos os dias, nos perguntávamos todos os dias qual era a diferença conosco se nós também estamos voltados para o exterior, se já agora estamos pensando em exportação mais do que na substituição de importações. Obviamente, esse elemento da poupança interna foi o diagnóstico mais importante, mais fundamental, o elemento que temos identificado como causante da crise e, portanto, além dos esforços de integração estamos com uma iniciativa de lei para criar a pauta com grande êxito e onde esperamos complementar a poupança interna, aumentar a poupança interna, para que os fluxos de capital do exterior sejam somente complementares, que não dependamos deles senão simplesmente os usemos para poder crescer à velocidade correta, em um contexto, isso sim, de crescente integração entre nossos países, na consecução do último mandato que temos todos os Governos, que é o bem-estar de nossos povos. Muito obrigado,

- Aplausos.

**PRESIDENTE.** - Agradecemos muito ao Senhor Chanceler as interessantes palavras e a mensagem de esperança, ilustrada sobre a situação do México e o processo de integração. As diretrizes também que nos dá como Chanceler e como homem perito na área da integração para que a ALADI continue também estes passos que todos anelamos.

Antes de encerrar a sessão gostaria de convidar o Senhor Chanceler e todos os aqui presentes para que no final da reunião

nos convoquemos no saguão principal para oferecer um brinde a nosso convidado de honra.

Com estas palavras e com o agradecimento ao Chanceler e a todos os assistentes, encerra-se a sessão. Muito obrigado.

- Encerra-se a sessão.

-----